



ASSOCIAÇÃO NACIONAL
**MUNICÍPIOS
PORTUGUESES**

Boletim
maio.2005.136
Edição Electrónica

Primeiro-Ministro reuniu com o Conselho Directivo

O Conselho Directivo foi recebido pelo Primeiro-Ministro no passado dia 20, reunião de trabalho que serviu, em substância, para a ANMP apresentar ao Chefe do Governo as principais questões que mais preocupam o Poder Local.

O fim dos actuais limites ao endividamento impostos aos Municípios foi um dos problemas abordados, tendo-se considerado que não são possíveis mais cortes financeiros às autarquias, até porque os Municípios não contribuíram para a actual crise orçamental já que em 2004, e no seu conjunto, as Câmaras Municipais apresentaram um superavit. E não temos de pagar a má gestão da Administração Central.

Paralelamente, a Delegação da Associação, liderada pelo seu Presidente, enquanto enfatizava a absoluta necessidade de revisão da Lei de Finanças Locais, afirmava, designadamente, a defesa da liquidação e cobrança, por parte das autarquias, dos impostos que constituem receita municipal; a participação da ANMP nos trabalhos preparatórios, no âmbito dos Fundos Comunitários, do novo Quadro de Referência da Estratégia Nacional para o período 2007/2013; e a resolução premente da questão que advém da necessidade de se permitir, desde já, que os Municípios com projectos ao nível do INTERREG possam recorrer a empréstimos.

No que concerne à descentralização administrativa, foi referida a indispensabilidade da regulamentação da Lei 159/99, bem como a contratualização de competências com as novas Associações de Municípios, enquanto se manifestava ser indispensável o princípio da reciprocidade nas relações entre o Estado e a Administração Local; se verberava a não publicação das reformas, o que afecta as finanças municipais; se reiterava a premência da alteração da Lei do Licenciamento Comercial; e se assumia ser essencial publicar um diploma que regule a utilização do domínio público municipal por parte das majestáticas empresas de gás e telecomunicações.

O Conselho Directivo, depois, ao defender o empenhamento municipal no combate à seca e aos incêndios, deixou claro que será difícil garantir uma eficaz luta ao fogo porque o Ministério da Agricultura não está a cumprir os protocolos no que se refere ao financiamento municipal no Sistema Nacional de Prevenção e Protecção da Floresta.

A tomada de decisões nas diversas áreas foram remetidas para reuniões sectoriais com os diversos membros do Governo, encontros de trabalho que, entretanto, a Associação já solicitou.



Primeiro-Ministro reuniu
com o Conselho Directivo

Para consumo humano
Municípios garantem
abastecimento quantitativo
e qualitativo de água

Municípios contra
modificação da forma de
designação dos
Presidentes das CCDR

Encontros com Associados
alertam para principais
problemas com o IMI

Reunião de trabalho do
Grupo da Educação

Em Lisboa, em 8 de Julho
Apresentada Conferência
dos 20 Anos da Carta
Europeia de Autonomia
Local

Celebrado em 20 de Maio
20º Aniversário da
Associação e Dia do Poder
Local Democrático

Lançada Primeira Pedra
Monumento ao Poder
Local Democrático
homenageia a instituição e
os autarcas

Defender participação
municipal na vida das
Áreas Protegidas

Plano de formação em
segurança infantil

Lembrete... SEGURANÇA
ALIMENTAR

Legiferando

[anterior](#) | [início](#)

- (c)ANMP/TI [2005]